



LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	15
3 Domínio da ortografia oficial.	42
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	59
5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	83
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	154
5.5 Concordância verbal e nominal.	162
5.6 Regência verbal e nominal.	178
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	189
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	197
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	204
6.1 Significação das palavras.	217
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.	230
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	240
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	248

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1 Noções de sistema operacional (ambiente Windows).	1
2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office).	39
3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). 3.3 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.4 Grupos de discussão. 3.5 Redes sociais. 3.6 Computação na nuvem.	145
4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.	284
5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança.	300

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

1 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações).	1
2 Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 11.416/2006 e suas alterações).	51
3 Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) e suas alterações.	57
4 Ética no Serviço Público.	68
4.1 Ética e moral.	75
4.2 Ética, princípios e valores.	83
4.3 Ética e democracia: exercício da cidadania.	86
4.4 Ética e função pública.	89
4.5 Resolução TRE/PA nº 5.389/2017.	92

SUMÁRIO



REGIMENTO INTERNO DO TRE-PA

1. Resolução nº 2.909/2002 (publicada no DOE de 14.2.2002), com as alterações posteriores.1

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, ratificada, no âmbito do direito interno, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.1

2 A constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência. A política nacional para a integração das pessoas com deficiência; diretrizes, objetivos e instrumentos. 3 Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999, e suas alterações. As responsabilidades do Poder Público. Educação. Saúde. Formação profissional e do trabalho. Recursos humanos. Edificações. A criminalização do preconceito. As categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla.21

4 Lei nº 10.048/2000, e suas alterações (Prioridade de atendimento) posteriores. Lei nº 10.098/2000, e suas alterações (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida)45

5 O Decreto nº 5.296/2004, e suas alterações.55

6 Reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. 7. A ação civil pública para a tutela jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos das pessoas com deficiência.73

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.4.1 Métodos, princípios e limites1

2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado.....20

3 Princípios fundamentais.....27

4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 4.3 Direitos sociais. 4.4 Nacionalidade. 4.5 Direitos políticos. 4.6 Partidos políticos.33

5 Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7 Territórios.85

6 Administração Pública. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Servidores públicos.107

7 Organização dos poderes no Estado. 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 7.2 Poder legislativo. 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 7.2.2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.2.3 Tribunal de Contas da União (TCU). 7.2.4 Processo legislativo. 7.2.5 Prerrogativas parlamentares.122

7.3 Poder Executivo. 7.3.1 Presidente da República. 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 7.3.2 Ministros de Estado. 7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional.158

7.4 Poder Judiciário. 7.4.1 Disposições gerais. 7.4.2 Órgãos do Poder Judiciário. 7.4.2.1 Organização e competências. 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).172

8 Funções essenciais à Justiça. 8.1 Ministério Público. 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências. 8.2 Advocacia Pública. 8.3 Defensoria Pública.194

SUMÁRIO



9 Controle da constitucionalidade. 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.2 Controle incidental ou concreto. 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.	206
9.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.	216
9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.	238
10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.	239
11 Finanças públicas. 11.1 Normas gerais. 11.2 Orçamentos.	255
12 Ordem econômica e financeira. 12.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13 Sistema Financeiro Nacional.	268

DIREITO ELEITORAL

1 Conceito e fontes.....	1
2 Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o Capítulo IV do Título I da Constituição Federal em seus arts. 14 a 17.....	5
3 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral)	8
4 Organização da Justiça Eleitoral: composição e competências	78
5 Ministério Público Eleitoral: atribuições	83
6 Alistamento eleitoral. 6.1 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações. 6.2 Lei nº 6.996/1982 e suas alterações. 6.3 Lei nº 7.444/1985. 6.4 Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.538/2003. 6.5 Ato e efeitos da inscrição. 6.6 Segunda via. 6.7 Transferência e encerramento. 6.8 Delegados partidários perante o alistamento. 6.9 Cancelamento e exclusão de eleitor. 6.10 Revisão e correção eleitorais. 7 Domicílio eleitoral.....	86
8 Elegibilidade. 8.1 Conceito e condições. 8.2 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (Inelegibilidade). 8.3 Fatos geradores de inelegibilidade. 8.4 Incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade. 9 Impugnação de registro de candidatura. 9.1 Competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações	116
10 Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei nº 9.096/1995 e suas alterações): conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, caráter nacional, funcionamento parlamentar, programa, estatuto, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, finanças e contabilidade, prestação de contas e sanções dela decorrentes, fundo partidário, acesso gratuito ao rádio e à televisão, propaganda partidária	131
11 Eleições (Código Eleitoral, Lei nº 9.504/1997 e suas alterações). 11.1 Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional, disposições gerais. 11.2 Coligações. 11.3 Convenções para escolha de candidatos. 11.4 Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. 11.5 Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções. 11.6 Prestação de contas de campanha. 11.7 Pesquisas e testes pré-eleitorais. 11.8 Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504/1997 e suas alterações). 11.8.1 Propaganda na imprensa escrita, no rádio, na televisão, na Internet e por outros meios. 11.8.2 Direito de resposta. 11.8.3 Condutas vedadas em campanhas eleitorais. 11.8.4 Propaganda eleitoral extemporânea e propaganda irregular (multa). 11.8.5 Representação por conduta vedada. 11.9 Eleições. 11.9.1 Atos preparatórios da votação. 11.9.2 Seções eleitorais. 11.9.3 Mesas receptoras. 11.9.4 Fiscalização das eleições. 11.9.5 Polícia os trabalhos eleitorais. 11.9.6 Início da votação. 11.9.7 O ato de votar. 11.9.8 Voto no exterior. 11.9.9 Encerramento da votação. 11.9.10 Órgãos apuradores. 11.9.11 Apuração nas juntas eleitorais, nos tribunais regionais e no Tribunal Superior Eleitoral. 11.9.12 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 11.9.13 Privilégios e garantias eleitorais: aspectos gerais, liberdade no exercício do sufrágio, fornecimento gratuito de transporte, em	

SUMÁRIO



dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais - Lei nº 6.091/1974 e suas alterações.	
11.9.14 Impugnações e recursos. 11.9.15 Nulidades da votação. 11.10 Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. 11.11 Recursos eleitorais. 11.11.1 Cabimento, pressupostos de admissibilidade, processamento, efeitos e prazos. 11.11.2 Recursos perante juntas e juízos eleitorais, tribunais regionais e Tribunal Superior. 11.12 Disposições finais da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. 11.13 Dever eleitoral: sanções ao inadimplemento, isenção, justificação pelo não comparecimento à eleição. 11.14 Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral. 11.14.1 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (investigação judicial eleitoral). 11.14.2 Representação por captação ilícita de sufrágio (art. 41- da Lei nº 9.504/1997). 11.14.3 Recurso contra a expedição de diploma. 11.14.4 Ação de impugnação de mandato eletivo.....	148
12 Crimes eleitorais. 12.1 Crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, na Lei Complementar nº 64/1990 e na Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. 12.2 Processo penal eleitoral: ação penal, competência em matéria criminal eleitoral, rito processual penal eleitoral com aplicação subsidiária do Código de Processo Penal. 12.3 Lei nº 11.300/2006 e suas alterações (Lei da Minirreforma Eleitoral). 13 Lei nº 12.034/2009.....	216
14 Lei nº 13.165/2015.....	231

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo. 1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo.	1
2 Administração Pública. 2.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. 2.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.	7
3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito.	13
3.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. 3.3 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública. 3.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	17
4 Organização administrativa. 4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 4.2 Administração direta. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação. 4.3 Administração indireta. 4.3.1 Conceito. 4.3.2 Autarquias. 4.3.3 Agências reguladoras. 4.3.4 Agências executivas. 4.3.5 Fundações públicas. 4.3.6 Empresas públicas. 4.3.7 Sociedades de economia mista. 4.3.8 Consórcios públicos. 4.4 Entidades paraestatais e terceiro setor. 4.4.1 Serviços sociais autônomos. 4.4.2 Entidades de apoio. 4.4.3 Organizações sociais. 4.4.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP). 4.5 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	29
5 Atos administrativos. 5.1 Conceito. 5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. 5.3 Requisitos ou elementos. 5.4 Atributos. 5.5 Classificação. 5.6 Atos administrativos em espécie. 5.7 Extinção dos atos administrativos: revogação, anulação e cassação. 5.8 Convalidação. 5.9 Vinculação e discricionariedade. 5.10 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. 5.11 Decadência administrativa. 5.12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	54
6 Processo administrativo. 6.1 Lei nº 9.784/1999. 6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis. 6.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	73
7 Poderes e deveres da administração pública: 7.1 Poder regulamentar. 7.2 Poder hierárquico. 7.3 Poder disciplinar. 7.4 Poder de polícia. 7.5 Dever de agir. 7.6 Dever de eficiência. 7.7 Dever de probidade. 7.8 Dever de prestação de contas. 7.9 Uso e abuso do poder. 7.10 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	94
8 Licitações. 8.1 Legislação pertinente. 8.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.	105
8.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.	193
8.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).	216
8.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).	228



8.1.5 Fundamentos constitucionais. 8.2 Disposições doutrinárias. 8.2.1 Conceito. 8.2.3 Objeto e finalidade. 8.2.4 Destinatários. 8.2.5 Princípios. 8.2.6 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 8.2.7 Modalidades. 8.2.8 Tipos. 8.2.9 Procedimento. 8.2.10 Anulação e revogação. 8.2.11 Sanções administrativas. 8.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 9 Contratos administrativos. 9.1 Legislação pertinente. 9.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 9.1.2 Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos). 9.2 Disposições doutrinárias. 9.2.1 Conceito. 9.2.2 Características. 9.2.3 Vigência. 9.2.4 Alterações contratuais. 9.2.5 Execução, inexecução e rescisão. 9.2.6 Convênios e instrumentos congêneres. 9.2.7 Consórcios públicos. 9.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	254
10 Controle da Administração Pública. 10.1 Conceito. 10.2 Classificação das formas de controle. 10.2.1 Conforme a origem. 10.2.2 Conforme o momento a ser exercido. 10.2.3 Conforme a amplitude. 10.3 Controle exercido pela Administração Pública. 10.4 Controle legislativo. 10.5 Controle judicial. 10.6 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ...	276
11 Improbidade administrativa: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	290
12 Agentes públicos: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.	291

DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço.....	1
2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência.	13
3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Domicílio. 3.7 Sociedades de fato. 3.8 Associações. 3.9 Sociedades. 3.10 Fundações. 3.11 Grupos despersonalizados. 3.12 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.....	32
4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.....	42
5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.....	52
8 Prescrição e decadência.....	77
9 Prova do fato jurídico.	85
10 Obrigações. 10.1 Características. 10.2 Elementos 10.3 Princípios. 10.4 Boa-fé. 10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo). 10.6 Obrigações de dar. 10.7 Obrigações de fazer e de não fazer. 10.8 Obrigações alternativas e facultativas. 10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis. 10.10 Obrigações solidárias. 10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. 10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. 10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. 10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas. 10.15 Obrigações principais e acessórias. 10.16 Transmissão das obrigações. 10.17 Adimplemento e extinção das obrigações. 10.18 Inadimplemento das obrigações.....	91
11 Contratos. 11.1 Princípios. 11.2 Classificação. 11.3 Contratos em geral. 11.4 Disposições gerais. 11.5 Interpretação. 11.6 Extinção. 11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.	107
12 Atos unilaterais.	202
13 Responsabilidade civil.....	209

SUMÁRIO



14 Direitos reais. 14.1 Disposições gerais. 14.2 Propriedade. 14.3 Superfície. 14.4 Servidões. 14.5 Usufruto. 14.6 Uso. 14.7 Habitação. 14.8 Direito do promitente comprador.	220
15 Direito de família. 15.1 Casamento. 15.2 Relações de parentesco. 15.3 Regime de bens entre os cônjuges. 15.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores. 15.5 Alimentos. 15.6 Bem de família. 15.7 União estável. 15.8 Concubinato. 15.9 Tutela. 15.10 Curatela. ...	279
16 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).	347
17 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). 17.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.	370

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Das Normas Fundamentais do Processo Civil. 2 Da Aplicação das Normas Processuais.	1
Da Jurisdição e da Ação. 3 Dos Limites da Jurisdição Nacional. 4 Da Cooperação Internacional.	7
5 Da Competência. 6 Da Cooperação Nacional.	19
7 Das Partes e Dos Procuradores. 8 Da Capacidade Processual. 9 Dos Deveres das Partes e de Seus Procuradores. 10 Dos Procuradores. 11 Da Sucessão das Partes e dos Procuradores.	30
12 Do Litisconsórcio.	47
13 Da Intervenção de Terceiros. 14 Da Assistência. 15 Da Denúnciação da Lide. 16 Do Chamamento ao Processo. 17 Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. 18 Do Amicus Curiae.	51
19 Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. 20 Dos Poderes, Dos Deveres e Da Responsabilidade do Juiz. 21 Dos Impedimentos e da Suspeição. 22 Dos Auxiliares da Justiça.	60
23 Do Ministério Público.	76
24 Da Advocacia Pública.	79
25 Da Defensoria Pública.	82
26 Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais. 27 Do Tempo do Lugar dos Atos Processuais.	85
28 Dos Prazos.	95
29 Da Comunicação dos Atos Processuais. 30 Da Citação. Das Cartas. 31 Das Intimações.	101
32 Das Nulidades.	110
33 Da Distribuição e Do Registro.	114
34 Do Valor da Causa.	120
35 Da Tutela Provisória. 36 Da Tutela de Urgência. 37 Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente. 38 Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente. 39 Da Tutela da Evidência.	122
40 Da Formação do Processo. 41 Da Suspensão do Processo. 42 Da Extinção do Processo.	12
43 Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença. 44 Do Procedimento Comum. 45 Da Petição Inicial. 46 Da Improcedência Liminar do Pedido. 47 Da Audiência de Conciliação ou de Mediação. 48 Da Contestação. 49 Da Reconvenção. Da Revelia. 50 Das Providências Preliminares e do Saneamento. 51 Do Julgamento Conforme o Estado do Processo. 52 Da Audiência de Instrução e Julgamento. 53 Das Provas. 54 Da Sentença e da Coisa Julgada. 55 Da Liquidação de Sentença.	134
56 Do Cumprimento da Sentença.	192
57 Da Restauração de Autos.	204
58 Do Processo de Execução. 59 Da Responsabilidade Patrimonial. 60 Das Diversas Espécies de Execução.	206

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

1 Características e Fontes do Direito Penal.	1
2 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.	9
3 Aplicação da lei penal. 3.1 A lei penal no tempo e no espaço. 3.2 Tempo e lugar do crime. 3.3 Lei penal excepcional, especial e temporária. 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 3.5 Pena cumprida no estrangeiro. 3.6 Eficácia da sentença estrangeira. 3.7 Contagem de prazo. 3.8 Frações não computáveis da pena. 3.9 Interpretação da lei penal. 3.10 Analogia. 3.11 Irretroatividade da lei penal. 3.12 Conflito aparente de normas penais.	19
4 Teoria do Delito. 4.1 Classificação dos crimes. 4.2 Teoria da Ação.	39
4.3 Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos. 4.4 Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva. 4.5 Tipos dolosos de ação. 4.6 Tipos dos Crimes de Imprudência. 4.7 Tipos dos Crimes de Omissão. 4.8 Consumação e tentativa. 5 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 6 Arrependimento posterior. 7 Crime impossível. 8 Agravamento pelo resultado. 9 Erro. 9.1 Discriminantes putativas. 9.2 Erro determinado por terceiro. 9.3 Erro sobre a pessoa. 9.4 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).	50
10 Concurso de crimes.	79
11 Ilcitude.	84
12 Culpabilidade.	91
13 Concurso de Pessoas.	101
14 Penas. 14.1 Espécies de penas. 14.2 Cominação das penas. 14.3 Aplicação da pena. 14.4 Suspensão condicional da pena. 14.5 Livramento condicional. 14.6 Efeitos da condenação. 14.7 Reabilitação. 14.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução. 14.9 Limites das penas. 15 Medidas de segurança. 15.1 Execução das medidas de segurança.	108
16 Ação penal.	164
17 Punibilidade e causas de extinção. 18 Prescrição.	176
19 Crimes contra a pessoa.	187
20 Crimes contra o patrimônio.	226
21 Crimes contra a propriedade imaterial.	262
22 Crimes contra a organização do trabalho.	265
23 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.	271
24 Crimes contra a dignidade sexual.	275
25 Crimes contra a família.	296
26 Crimes contra a incolumidade pública.	306
27 Crimes contra a paz pública.	329
28 Crimes contra a fé pública.	334
29 Crimes contra a Administração Pública.	355
30 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).	403
31 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura)	407
32 Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 12.850/2013 (crime organizado).	409
33 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente).	420
34 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito).	433
35 Lei nº 4.898/1965 (abuso de autoridade).	439
36 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).	444
37 Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro).	457
38 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).	465
39 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.....	488
40 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal	488

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional. 2 Sistemas e Princípios Fundamentais.....	1
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.	15
4 Fase Pré-Processual: Inquérito policial.	29
5 Processo, procedimento e relação jurídica processual. 5.1 Elementos identificadores da relação processual. 5.2 Formas do procedimento. 5.3 Princípios gerais e informadores do processo. 5.4 Pretensão punitiva. 5.5 Tipos de processo penal.	42
6 Ação penal.....	50
7 Ação civil Ex Delicto.	62
8 Jurisdição e Competência.	65
9 Questões e processos incidentes.	77
10 Prova. 10.1 Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica).	96
11 Sujeitos do Processo.	128
12 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. 12.1 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária).	140
13 Citações e intimações.	167
14 Atos Processuais e Atos Judiciais.	173
15 Procedimentos. 15.1 Processo comum. 15.2 Processos especiais.	177
15.3 Lei nº 8.038/1990 - normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).	215
16 Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais criminais).	221
17 Prazos. 17.1 Características, princípios e contagem.	234
18 Nulidades.	237
19 Recursos em geral.	247
20 Habeas corpus e seu processo.	269
21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).	276
22 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.	316
23 Disposições gerais do Código de Processo Penal.	319
24 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.	322

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1 As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado. 1.1 Reforma do Serviço Civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e Reforma do Aparelho do Estado.	1
2 Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático. 2.1 O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador.	7
3 Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público.	23
3.1 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.....	35
4 Governo eletrônico.....	40
4.1 Transparência da administração pública.	52
4.2 Controle social e cidadania.	57
4.3 Accountability.....	64
5 Excelência nos serviços públicos.....	64
5.1 Gestão por resultados na produção de serviços públicos.	69
5.2 Gestão de Pessoas por Competências.....	75



6 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.....	89
7 Governabilidade e governança. 7.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).	101
8 Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva.	109
9 Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas.	109

SUMÁRIO